

CONTRADIÇÕES DE UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO NA DÉCADA DO PT

Murillo van der Laan
murillovanderlaan@hotmail.com

Resumo

En esta ponencia se intentan observar algunos rasgos del ascenso del Partido dos Trabalhadores (PT) en Brasil para el máximo cargo del Poder Ejecutivo Nacional, con Luís Inácio Lula da Silva, elegido presidente en 2002 y nuevamente en 2006, y Dilma Rousseff, su sucesora en 2010. Se analizan brevemente los momentos de continuidad y discontinuidad con los ocho años del gobierno neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, del Partido de la Social Democracia Brasileira (PSDB); algunas transformaciones por las cuales pasó el propio PT incluso antes de llegar a la presidencia; las acciones y las contradicciones creadas a partir de la intervención del partido en el escenario socioeconómico nacional, especialmente desde 2004, cuando el panorama económico de Brasil mostró signos de recuperación con el impulso económico proveniente principalmente del exterior; los aspectos de la intervención del partido en el sindicalismo y en los movimientos sociales nacionales; el surgimiento de un nuevo proyecto de desarrollo para el país, y, por último, la interpretación de algunos intelectuales brasileños sobre el papel del partido y del gobierno en la escena política nacional.

Passados vinte anos da vaga neoliberal que fortemente influenciou a sociedade brasileira e próximo de completar uma década da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, segue o debate acerca dos rumos do Brasil. Diante do momento peculiar que vivemos em nossa história – experimentando, por exemplo, nosso mais longo período de regime democrático burguês – como pensar, ou repensar, o papel da intervenção do governo PT no âmbito do desenvolvimento político, econômico e social nacional?

Frente a essas questões, este artigo pretende uma aproximação inicial ao movimento contraditório experimentado pelo caminho tomado pelo Partido dos Trabalhadores – em especial a partir do segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva e a vitória de Dilma Rousseff –, no suposto avanço de um projeto nacional que ficou conhecido como novo desenvolvimentismo. A nosso ver, uma aproximação deste problema não pode passar ao largo das lutas de classes e das contradições inerentes ao capitalismo, em seu momento de reprodução globalizada e financeirizada, em especial diante do momento dramático experimentado pelas economias centrais.

O próprio desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores e as escolhas trilhadas ao longo de seus mais de 30 anos de existência devem ser entendidos no interior dos desdobramentos da atual fase do capitalismo.

Enquanto em 1979 a proposta de criação do partido apoiava-se em um espírito democrático e socialista e uma prática partidária que não fosse submissa às demandas pragmáticas e eleitoreiras, esforçando-se na organização dos trabalhadores na construção de uma sociedade justa sem explorados e exploradores, em 2002 o cenário da eleição de Lula à presidência e a atuação do partido eram muito distintos.

No intervalo dessas duas datas está não apenas a derrota em três eleições para o cargo máximo do executivo nacional, mas uma crise nacional profunda e traumática detonada a partir da elevação dos juros americanos, que levou a um forte impacto fiscal e à crise da dívida e da hiperinflação nos anos de 1980. Sobretudo a partir da eleição de Collor, o Brasil adentrava um novo discurso de modernização que abandonava as antigas intervenções desenvolvimentistas – como a do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975 –,

associando-as à ineficiência e a corrupção endêmica. Sob a tutela do Fundo Monetário Internacional e do Consenso de Washington, inauguravam-se os obscuros processos de privatização, abertura econômica, financeirização, austeridade fiscal, enfrentamento dos sindicatos, etc., que ganhou força com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como lembra Chico de Oliveira, esta nova etapa nacional deu lugar à erosão de um importante setor da base petista:

entre 1989 e 1999, perda de postos assalariados alcançou a marca de 3,2 milhões, dos quais 2 milhões estavam no setor industrial. O número de desempregados aumentou de 1,8 milhões para 7,6 milhões, e a taxa de desemprego de 3% para 6,6% da população economicamente ativa. Enquanto isso, quatro de cada cinco trabalhos criados durante os anos 1990 estavam [...] no “setor informal”, extremamente precário e mal remunerado (Oliveira, 2006: 11).

Para o sociólogo brasileiro esta etapa deu lugar a emergência de uma nova subjetividade competitiva e individualista, no interior do cenário de reestruturação produtiva e avanço da ideologia neoliberal, que teria sido responsável pela corrosão de uma solidariedade de classe erigida na etapa do fordismo periférico nacional (Oliveira, 2006: 11).

No âmbito dessa nova configuração capitalista, globalizada e financeirizada, o distanciamento do antigo espírito de fundação do Partido dos Trabalhadores já podia ser percebido nas práticas de uma parte de sua direção. Na esfera sindical, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), próxima ao PT, adotou no início dos anos 1990 práticas sindicais que Andréia Galvão classificou como “propositivas” ou, nos termos da própria central, “cidadão” – privilegiando a prestação de serviços ao trabalhador, financiados com recursos públicos, como aqueles voltados a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra. A crítica ao governo FHC permaneceu, mas, de acordo com Galvão, ela efetivava-se na tensão entre correntes minoritárias, críticas ao neoliberalismo, e correntes majoritárias mais propensas à negociação (Galvão, 2009: 178-182).

Ainda no braço sindical do Partido dos Trabalhadores, um fenômeno peculiar e muito importante é destacado por Oliveira, e por autores como Ruy Braga e Álvaro Bianchi: o processo de “financeirização” de líderes sindicais do PT. Apontados como “representantes dos trabalhadores” na administração de fundos de pensão, esta camada da burocracia sindical assumiu a direção de imensos recursos – que têm papel destacado nos investimentos nacionais e na Bolsa de Valores – participando, inclusive, dos processos de privatização avançados no período FHC e, a partir daí, adquirindo elevado peso na condução de grandes empresas nacionais e administrando as medidas “necessárias” para o retorno de seus investimentos (Braga, 2010; Oliveira, 2006).

Durante a década de 1990, vale mencionar também que o chamado “patrimônio ético” do PT já havia sido maculado pelas relações obscuras entre o público e o privado envolvendo os fundos de pensão e os processos de privatização como o da Vale do Rio Doce e os pequenos escândalos das prefeituras sob a direção do partido (Oliveira, 2006: 17).

Contudo, com a ascensão de Lula à presidência, os contornos problemáticos do Partido dos Trabalhadores ganharam nova dimensão. A própria vitória daquele que viria ser considerado o novo “pai” dos pobres evidencia o caráter vicioso da democracia burguesa em sua versão brasileira. Nas duas eleições que Lula perdeu para Fernando Henrique Cardoso antes de 2002, a diferença dos gastos na campanha eleitoral era exorbitante. Em 1994, o dispêndio eleitoral de FHC atingiu a marca de R\$ 41 milhões, superando em 20 vezes o orçamento de seu principal adversário. Em 1998 essa diferença caiu para 18 vezes (Anderson,

2011: 26). Para a eleição de 2002, no entanto, o PT protagonizou um esquema de corrupção que arrecadou ilegalmente fundos de bancos e empresas interessados (Anderson, 2011: 26).

Para além do financiamento ilegal da campanha, o futuro presidente reformulou ainda sua imagem, afastando-se daquela associada aos antigos anos de sindicalismo. O “novo” Lula emergiu sobre o lema do “paz e amor”, tendo como aliado, José Alencar, destacado empresário do setor têxtil e membro do Partido Liberal. Não suficiente tais transformações, Lula emitiu durante as eleições de 2002 a “Carta aos brasileiros” comprometendo-se com os interesses do setor financeiro.

Longe de uma mera tática, ou pragmatismo político necessário, esses eram já sinais de que seria efetivada uma forte continuidade tanto na forma quanto no conteúdo político com relação aos governos anteriores. Os esquemas ilegais de arrecadação de fundos, não foram necessários apenas para a eleição de Lula, eles também foram fundamentais para a “governabilidade” do PT. Assim, para garantir votos no legislativo brasileiro, o Partido dos Trabalhadores teve de “alugar” parlamentares, contemplando-os com um pagamento de US\$ 7.000 por mês, no escândalo que ficou conhecido como mensalão.

No que toca o conteúdo das políticas econômicas avançadas pelo governo Lula, a continuidade com a administração de FHC era evidente e, em alguns casos, chegou a ultrapassá-la. Lula prosseguiu e em certa medida aprofundou a ortodoxia econômica de seu antecessor FHC. O novo presidente manteve as taxas de juros brasileiras entre as mais altas do mundo, aprofundou os cortes orçamentários no intuito de incrementar o superávit primário elevando-o acima das recomendações do Fundo Monetário Internacional e despendendo mais de 8% do PIB para o serviço da dívida, enquanto alegava a inexistência de recursos para os gastos sociais (Anderson, 2011; Paulani, 2010: 123).

O caso da reforma da previdência, avançado pelo governo Lula na segunda metade de 2003 confirmou os traços de continuidade entre os dois governos, num episódio que muitos consideraram paradoxal. FHC havia tentado atacar os direitos previdenciários dos servidores públicos, mas a resistência destes e de alguns deputados, sobretudo os do PT, conseguiu conter maiores danos aos seus proventos. Passados cinco anos, no entanto, já sob o governo Lula, a nova proposta de reforma da previdência retomou os pontos derrotados no período de FHC (MARQUES y MENDES, 2004: 7). Avançando argumentos duvidosos como o suposto déficit da previdência, privilégios exorbitantes nas aposentadorias dos servidores públicos e a associação entre os gastos com o funcionalismo e a precariedade dos serviços públicos, o governo logrou a instituição de um teto à aposentadoria dos servidores, a taxa de 11% dos aposentados, o fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e inativos. Implementadas, as novas medidas tiveram como resultado o benefício do capital financeiro. Por um lado, pela liberação de recursos para o pagamento da dívida e, por outro, pelo privilégio dos fundos de pensão, que receberiam agora a renda dos servidores públicos com maiores salários (MARQUES y MENDES, 2004: p.11).

A vitória do governo, no entanto, não passou completamente incólume. A votação do projeto na câmara evidenciou as contradições no interior do partido, que anos antes se opusera à reforma de FHC. Vinte quatro deputados do PT na câmara votaram a favor da medida criticando a proposta e esclarecendo que seu voto favorável seguia a disciplina partidária, oito optaram pela abstenção, e três votaram contra, sendo mais tarde expulsos do partido junto com a senadora Heloísa Helena (MARQUES y MENDES, 2004: p.8). No que tange a atuação da CUT à época, Galvão explica que

embora a cúpula da central criticasse alguns pontos da reforma, como a taxa dos inativos, e fosse favorável a um benefício de valor mais elevado e a uma previdência complementar pública, procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se

à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociação dos pontos polêmicos (Galvão, 2009: 180).

Ainda em 2003, a reforma tributária não obteve resultados melhores. O caráter regressivo dos impostos brasileiros permaneceu substantivamente intocado, enquanto a Desvinculação das Receitas da União (DRU) – mecanismo criado nos anos de FHC que autorizava a liberação de 20% dos impostos e contribuições para a composição de um fundo de emergência que pode ser usado inclusive para os gastos com o serviço da dívida – foi prorrogada. À parte algumas medidas como o tratamento diferenciado na tributação referente a alguns produtos de primeira necessidade e trabalhadores não qualificados, o diagnóstico de Alexandrine Brami-Celentano e Carlos Eduardo Carvalho, aponta que na ocasião,

o projeto de reforma tributária aparece como uma lista de medidas sem muita unidade e muito aquém da pauta de questões colocadas pelo sistema tributário brasileiro, como a distribuição de renda e da riqueza, o incentivo ao desenvolvimento econômico, o combate ao trabalho informal. As medidas de progressividade nos impostos sobre o patrimônio não seriam relevantes para mudar o quadro de regressividade, na medida em que o imposto sobre a propriedade rural (ITR), o imposto sobre herança e doações (ITCD) e sobre a transmissão de patrimônio (ITBI), não representam mais que 0.14% do PIB (Brami-Celentano y Carvalho, 2007: 50).

A partir de 2004, no entanto, a sorte do governo Lula parecia mudar e os instrumentos para a tentativa de um tímido distanciamento de seu antecessor começavam a emergir. Os ventos favoráveis vinham de fora. Estes foram os anos da ascensão da demanda chinesa pelos principais produtos de exportação brasileiros, soja e minério de ferro, junto a uma forte alta no preço das commodities (Anderson, 2011: p.28). Ao mesmo tempo, as taxas de juros americanas, artificialmente baixas, garantiam ao Brasil acesso barato ao capital. O resultado foi o florescimento dos negócios e um incremento nas receitas disponíveis ao Estado (Anderson, 2011: p.28).

Aproveitando a oportunidade, o governo do PT que havia se comprometido com os mais pobres desde a eleição e que havia falhado em seu primeiro programa chamado Fome Zero, unificou diversos programas de transferência condicional de renda existentes desde o período FHC, aprofundando-os e expandindo-os para criar o Bolsa Família. De enorme peso político para Lula, o programa criado em 2003, cresceu rapidamente e atende hoje 13 milhões de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza – com renda per capita entre R\$ 70 e 140 mensais e inferior a R\$ 70 reais, respectivamente. O benefício tem um teto de R\$ 306 mensais e é transferido diretamente da União para as mulheres das famílias, que devem, por sua vez, respeitar condicionalidades concernentes, por exemplo, a saúde e educação das crianças.

De similar importância no período foram os ganhos reais experimentados pelo salário mínimo. No ano de 2003, este totalizava R\$ 240,00, em 2004 passou a R\$ 260,00; no ano seguinte foi a R\$ 300,00 e em 2006, ano de eleição, atingiu R\$ 350,00 (Anderson, 2011: 29). Ainda muito distante dos patamares mínimos necessários, estabelecidos pela Constituição Brasileira – em 2006 os cálculos do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-econômicos estipulavam que este valor deveria ser da ordem de R\$ 1.564,52 –, as políticas de valorização do salário mínimo tinham um impacto político significativo, dado a indexação das pensões a este montante.

Por outro lado, o crédito consignado, criado em 2004, autorizava a liberação de empréstimos a serem deduzidos diretamente da folha de pagamento de trabalhadores e aposentados. A garantia dos pagamentos implicava uma taxa de juros menor do que as praticadas no mercado (SINGER, 2009: 93). Vale destacar, ainda no primeiro governo de Lula, a promulgação do Estatuto do Idoso que, entre outras medidas, diminuiu em dois anos a idade mínima para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo para idosos com mais de 65 anos ou portadores de necessidades especiais que tenham renda per capita de até um quarto do salário mínimo (SINGER, 2009: 93).

O impacto dessas medidas, segundo a análise de Anderson, dificilmente pode ser negligenciado. Elas contribuíram para o incremento do consumo popular e para a revitalização do mercado interno, junto a uma expansão paulatina do emprego. Mais ainda: lograram a maior redução da pobreza na história do país (ANDERSON, 2011: 29).

No entanto, o modo de atuação do governo Lula, ainda estava longe de uma ruptura radical com a de seu antecessor. A continuidade das restrições orçamentárias foi conjugada a práticas que privilegiavam o setor privado e muitas vezes apagavam as distinções entre o setor público e o privado. Como exemplo, podemos apontar a lei das Parcerias Público-Privadas (PPP) promulgada no final de 2004, e a “compra” de vagas nas instituições de ensino superior privadas através de renúncias fiscais do chamado Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Em todo caso, as iniciativas de Lula foram suficientes para que ele pudesse enfrentar o maior desafio de seu primeiro mandato. No segundo semestre de 2005, o escândalo do mensalão, mencionado acima, veio à tona e logo na sequência outros ainda envolvendo nomes de lideranças do PT como Antônio Palocci e Luiz Gushiken

As eleições do ano seguinte, no entanto, mostraram que a despeito do impacto que a revelação dos episódios de corrupção teve em setores da classe média, eles não tiveram força suficiente para conter a segunda eleição de Lula. A tentativa de distanciamento do presidente, alegando que não tinha ciência da compra de votos e de que havia sido traído por membros de seu partido, obviamente não basta para a explicação do sucesso de Lula no pleito de 2006.

André Singer atribui tal sucesso a um realinhamento do governo com o subproletariado nacional. Esta camada da população corresponderia àqueles que vendem sua força de trabalho no mercado sem conseguir encontrar quem pague por ela um preço que assegure sua reprodução em condições normais (SINGER, 2009: 98). No Brasil, essa fração de classe seria historicamente pouco sensível à organização política autônoma, chegando mesmo a se mostrar conservadora, caudatária dos partidos da ordem. Traumatizada pelos anos de inflação, prezaria pela estabilidade nacional e por uma redução da desigualdade através das ações diretas do Estado, sem a mediação dos movimentos sociais que, em sua concepção, colocavam em risco a ordem (SINGER, 2009). Ao manter a estabilidade através da ortodoxia econômica do governo FHC e ao mesmo tempo avançar uma tímida, mas impactante, redução da pobreza “pelo alto”, Lula conquistou, segundo Singer, fortemente o subproletariado (SINGER, 2009: 98).

Ainda assim, o presidente reeleito em 2006 não estava satisfeito. Em sua primeira entrevista reconheceu que sua vitória apoiava-se nos pobres e naqueles “de baixo”, mas reclamou não ter sido também a escolha dos ricos, lembrando que os banqueiros nunca tinham lucrado tanto como em seu governo (OLIVEIRA, 2006: 6).

Terminado seu primeiro governo, as transformações no Partido dos Trabalhadores e nos movimentos a ele associados eram evidentes. Os desgastes com os rumos tomados pelo governo e pelo partido, em especial os embates da Reforma da Previdência, tiveram como resultado, em 2004, a fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que acolheu dissidências do PT.

A CUT, por sua vez, que havia aderido ao sindicalismo cidadão já nos anos 1990, como já mencionado, mas que no período FHC havia dado vazão – em parte pelas tensões das correntes minoritárias – às críticas ao governo, com Lula à frente do Executivo Nacional, experimentou um processo de acomodação por parte de sua cúpula (GALVÃO, 2009: 178-186). Entre os resultados dessa acomodação está a ruptura de correntes minoritárias e a criação de novas organizações sindicais como a Coordenação Nacional de Lutas em 2004, e a Intersindical em 2006 – em muito identificadas, respectivamente, ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e ao PSOL –, por parte de trabalhadores descontentes com os rumos tomados pela CUT. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve destino semelhante ao do braço sindical do PT. Ao apoiar as políticas de Lula para a educação, trouxe descontentamentos que tiveram como resultado a criação, em 2009, da Assembléia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) ligada a Conlutas.

A despeito dos escândalos e das dissidências, o segundo mandato de Lula, amarrou uma ampla aliança, em especial com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – o maior partido brasileiro – e avançou algumas modificações em sua política econômica rumo a um novo desenvolvimentismo. Contudo, não rompeu absolutamente, com as medidas neoliberais – em especial, com os superávits primários, o câmbio flutuante e as altas taxas de juros sobre o pretexto de controle da inflação.

Os destaques para essa inflexão do governo vão para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para as medidas anticíclicas de 2009. O primeiro, criado em 2007, voltou-se ao investimento público em grandes obras de infra-estrutura, desoneração de alguns setores da indústria – em seu ano inicial, a renúncia fiscal atingiu R\$ 7 bilhões – e estímulos ao crédito. Segundo informações do governo, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos entre 2007 e 2010 – de 1,62% para 3,27% do PIB – e a gerar 8,2 milhões de empregos (PAC, 2012). No total, o dispêndio do governo atingiu a marca de R\$ 619 bilhões e, ainda segundo o próprio governo, contribuiu para amenizar os impactos da crise financeira mundial detonada em 2008. Neste último ponto, também tiveram importância as medidas anticíclicas adotadas no período, impulsionadas pela redução de impostos e pelas práticas bancárias domésticas. A partir do terceiro trimestre de 2009, o país já retomava o crescimento – ainda que a contração do PIB naquele ano tenha sido da ordem de 0,2% –, e em fins de 2010 atingia a expressiva marca de 7,5%.

Lula terminou seu mandato com níveis recordes de aprovação e fez de Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil em seu governo, sua sucessora.

Em seu primeiro ano de governo, a primeira mulher a assumir o comando do Executivo brasileiro, enfrentou o que parece ser uma constante da política nacional: os escândalos de corrupção. Sete ministros, alvos de acusações, haviam sido demitidos até o final de 2011 (Estadão, 2011).

A despeito dos investimentos da ordem de R\$ 1,59 trilhão previstos na segunda versão do Plano de Aceleração do Crescimento (o PAC 2) – criado em 2010, ainda no governo Lula, para impulsionar a candidatura de Dilma –, o quadro do desenvolvimento econômico social brasileiro está distante de um mar de rosas (UOL Notícias, 2010).

A expansão do PIB sofreu uma forte redução em 2011, encerrando o ano com a marca de 2,59%. Isto complica a situação daqueles que tem sua renda atrelada ao salário mínimo. Como a atual política de valorização deste montante pauta-se pela reposição das perdas inflacionárias somadas ao crescimento do PIB dos dois anos anteriores, uma redução no crescimento da economia nacional, compromete os ganhos reais do salário mínimo. Em 2011, por conta do crescimento negativo de 2009, o reajuste foi o menor registrado desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência, ficando na casa dos 0,37% (G1, 2011). Ainda que os ganhos em 2012 tenham sido maiores, por conta do expressivo crescimento de 2010, a desaceleração em 2011 e 2012 contribuirão para a manutenção do salário mínimo em

níveis muito distantes do salário necessário, atualmente no valor de R\$ 2.616,41 (DIEESE, 2012).

Contudo, não é apenas a desaceleração do crescimento nacional que preocupa. A qualidade desse crescimento também é preocupante. A poupança nacional permanece extremamente baixa. Daí resulta a também baixa taxa de investimento, sobretudo em pesquisa e desenvolvimento. O que contribui, por sua vez, com as altas taxas de juros, mantidas com o intuito de conter um suposto processo inflacionário e atrair capital estrangeiro contrabalançando assim a fraca poupança doméstica. Somado a esse quadro, os ganhos em exportações e os recentes pacotes de *quantitative easing* internacionais – em especial os norte-americanos – tem-se como resultado uma valorização do câmbio que prejudica as exportações da indústria nacional (Anderson, 2011: 48-49).

Ao longo da última década é possível observar ainda um processo de reprimarização da pauta de exportações nacionais, fenômeno que se acentua com a crise mundial deflagrada no segundo semestre de 2007. Análises de pesquisadores do IPEA sustentam que desde 2005 o país perde *market share* em todos os produtos de sua pauta de exportação, exceto nas commodities primárias e alguns outros bens como o petróleo. Maria Inês Nassif apresenta-nos alguns dos resultados de levantamentos de Fernanda de Negri e Gustavo Varela:

em 2005, o comércio do país representava 3,77% de todas as exportações de commodities primárias no mundo; em 2009, sua participação subiu para 4,66% das exportações mundiais desses produtos. O país movia 0,94% dos produtos de média intensidade tecnológica exportados mundialmente; em 2009, essa participação caiu para 0,74%. O *market share* dos produtos de alta intensidade tecnológica era de 0,50 em 2005; foi de 0,49 em 2009 (Nassif, 2011: 42-43).

A combinação de juros elevados, forte fluxo de capitais estrangeiros, baixa poupança e investimentos, em especial em pesquisa e desenvolvimento, somados a um contexto de crise econômica mundial, vêm mantendo o país sob um quadro que há muito tem dificuldade de romper, contendo a sempre renovada esperança de um fortalecimento de uma indústria nacional de alta intensidade tecnológica.

Uma breve aproximação às intervenções do governo e do Partido dos Trabalhadores no cenário macroeconômico e político do país evidenciam ainda mais as contradições deste novo desenvolvimentismo.

Em 2011, por exemplo, 80 mil trabalhadores das obras do PAC cruzaram os braços em todo território nacional, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

Dentre estas, a greve de Jirau, no estado de Rondônia, foi emblemática. Pouco depois de encerrada as negociações – entre o governo, a CUT e a empresa de construção Camargo Correia –, e dos trabalhadores terem voltado às suas atividades, a construtora parceira do governo nas obras do PAC anunciou a demissão de quatro mil trabalhadores. Enquanto o governo defendeu as demissões, a Central Única dos Trabalhadores manteve o silêncio sobre o caso (Gaspari, 2011).

Não obstante os acordos firmados entre as centrais sindicais, o governo e as construtoras, após as paralisações, a insatisfação dos trabalhadores permanece e, em 2012, novas greves ocorreram nos canteiros do PAC (Conlutas, 2012).

Os problemas não parecem menores nas obras da copa de 2014 e das olimpíadas de 2016. Mesmo apontando debilidades no levantamento de informações, dada a falta de transparência do governo na liberação dos dados, o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCPC), estima que entre 150 e 170 mil pessoas serão deslocadas de suas habitações por conta das obras destinadas a atender as necessidades

destes megaeventos (ANCPC, 2011: 14). O relato de algumas remoções apontadas pela entidade registra uma série de violações aos moradores:

são aplicadas estratégias de guerra e perseguição, como a marcação de casas a tinta sem esclarecimentos, a invasão de domicílios sem mandados judiciais, a apropriação indevida e destruição de bens móveis, a terceirização da violência verbal contra os moradores, as ameaças à integridade física e aos direitos fundamentais das famílias, o corte dos serviços públicos ou a demolição e o abandono dos escombros de uma em cada três casas subseqüentes, para que toda e qualquer família tenha como vizinho o cenário de terror (ANCPC, 2011: 24).

No que tange aos trabalhadores das obras da copa, mesmo com parte dos financiamentos provenientes do governo, os protestos contra as construtoras e o trato de seus empregados evidenciam a precariedade da situação. Em 2011, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, registrou ao menos dez paralisações em seis dos doze estádios da copa. Entre as reivindicações estão:

aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (em especial no que se refere às condições de segurança, salubridade e alimentação), aumento do pagamento para horas extras, fim do acúmulo de tarefas e de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas, assim como concessão de benefícios – plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte, entre outros (ANCPC, 2011: 24).

O relatório da ANCPC lembra ainda que a situação agrava-se pelas pressões colocadas aos trabalhadores devido aos prazos das obras, além de destacar também as relações entre as doações para os financiamentos de campanha do Partido dos Trabalhadores e as empreiteiras, apontando que:

para cada real doado para políticos do partido do Governo (PT) em 2006, as empreiteiras receberam 8,5 vezes o valor na forma de contratos de obras escolhidas por políticos do mesmo partido e incluídas nos orçamentos federal e estadual, ao longo de 33 meses após as eleições (ANCPC, 2011: 35).

No funcionalismo público, a greve de 2012, também revelou as contradições do novo modelo de desenvolvimento. Detonada a partir da greve dos docentes das Universidades Federais – a mais longa da categoria até agora –, a paralisação estendeu-se por pelo menos mais outros 30 setores do funcionalismo público federal. A despeito da resistência do governo alegando falta de recursos em meio a crise financeira mundial, R\$ 12 bilhões de reais serão liberados até 2015 para atender as demandas dos servidores. Muito aquém do que havia sido reivindicado pelos grevistas, os reajustes sequer poderão cobrir as perdas inflacionárias (Conlutas, 2012a; Uol Notícias, 2012). Ademais, além de faltar com as demandas de seu funcionalismo, o governo federal, com os servidores ainda em greve, acenou para a possibilidade de avanço de uma legislação reguladora das paralisações dos servidores, o que foi entendido pelos sindicalistas como uma tentativa de ataque a seu direito de greve (Conlutas, 2012b; Iasi, 2012).

Ainda que as lutas dos trabalhadores dos setores público e privado apontem as tensões do novo desenvolvimentismo do governo PT, a presidenta Dilma não se contém em

apresentá-lo não apenas como um modelo nacional, mas como uma saída para os dilemas da crise internacional. Em 6 de setembro, às vésperas das comemorações da independência do Brasil, a presidenta anunciou os três pilares de sustentação de seu modelo de desenvolvimento: estabilidade, crescimento e inclusão (Rousseff, 2012). À eles Dilma incluiu um mais: competitividade – que, em seu entendimento é

mais que uma nova palavra: é um novo conceito, uma nova atitude. Uma forma simples de definir competitividade é dizer que ela significa baixar custos de produção e baixar preços de produtos para gerar emprego e gerar renda. Mas para chegar aí é preciso melhorar a infraestrutura, avançar na produção de tecnologia e aprimorar os vários níveis de educação, saber e conhecimento (Rousseff, 2012).

Se de fato a estabilidade do país nos quase vinte anos distancia-se dos períodos sombrios da hiperinflação, não nos parece um disparate afirmar que tal estabilidade foi conquistada através de sucessivos projetos de austeridade, superávits primários, contenção do consumo, etc., que representaram um pesado fardo à milhões de trabalhadores.

Sobre o crescimento brasileiro, a média de 4% do governo Lula, ainda que supere a de FHC – de 2,3% – ficou abaixo da média histórica do país de 4,5% (O Globo, 2011; Rede Brasil Atual, 2011). Mais ainda, como mencionamos acima, o crescimento do PIB brasileiro é marcado por uma regressão à especialização na exportação de commodities e sofreu forte desaceleração em 2011, após atingir seu pico em 2010. A previsão para 2012 é de uma expansão ainda menor, não obstante todo investimento público e incentivos fiscais ao capital (IG Economia, 2012).

Quanto ao terceiro pilar do modelo de desenvolvimento – o da inclusão –, ainda que o peso social de programas de transferência de renda esteja longe de irrelevante, eles ficam muitíssimo aquém das necessidades das famílias. Mesmo que com uma distância menor, também o salário mínimo está muito longe do necessário para a reprodução de uma família e, como mencionado acima, sua política de valorização sofrerá com a desaceleração do crescimento. Por outro lado, o consumo impulsionado pelo crédito está longe de ser uma resposta confiável para as economias nacionais, como atestam os casos americano e grego. Ademais, os critérios de classificação que recentemente indicam a ascensão de 35 milhões de brasileiros à classe média devem ser tomados com, no mínimo, muita cautela. Segundo a avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE), a classe média é composta por aqueles que possuem renda per capita mensal entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. Daí que, de acordo com esses mesmos critérios, em um país onde o salário mínimo calculado para uma família de quatro pessoas deveria ser da ordem de R\$ 2.616,41, aqueles que recebem tal montante – muito distante do salário mínimo real de R\$ 622,00 – podem ser considerados membros da alta classe média (SAE, 2012).

A nova palavra a ser incorporada ao modelo de desenvolvimento nacional também não parece ser menos problemática. A crítica da economia política marxista alerta-nos para os custos sociais da competição capitalista em busca da redução dos custos de produção. Obviamente, não se trata de uma relação automática, e elas não carregam a necessidade de coincidir com a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, em um cenário internacional extremamente disputado e de forte desvalorização da força de trabalho, no interior mesmo dos países do centro, o incentivo à competitividade por parte do governo não deixa ser um alerta aos trabalhadores.

Neste ponto, parece haver uma sincronia entre o governo e a proposta apresentada, no final de 2011, pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC (SMABC), ligado a CUT. Nela, defende-se a instituição do Acordo Coletivo Especial, que forneceria “segurança jurídica” para

os acordos firmados no local de trabalho, podendo prevalecer aquilo que foi negociado sobre o que está legislado (SMABC, 2012). A interpretação de outras centrais sindicais, como a Conlutas e a Intersindical, é a de que a proposta representa uma tentativa de flexibilizar as leis trabalhistas (Conlutas, 2012d; Intersindical, 2012).

As propostas de melhora na infraestrutura e na educação também não escapam às polêmicas. Quanto a primeira, o recente Plano Nacional de Logística e Transportes, institui investimentos na ordem de R\$ 133 bilhões e um sistema de concessões à iniciativa privada de rodovias e ferrovias semelhante ao que o governo do PT tinha efetuado com alguns aeroportos nacionais (Economia UOL, 2012). A polêmica aqui expressa-se no esforço de Dilma – que durante as eleições havia criticado a venda do patrimônio público pelo governo FHC –, no discurso de 6 de setembro, em afastar seu sistema de concessão de ativos públicos à iniciativa privada, por 20, 30 anos, da palavra privatização.

No campo fundamental da educação mencionado pela presidenta, são conhecidos os problemas endêmicos do Brasil. No entanto, a despeito da urgência da questão ainda tramita no legislativo o Plano Nacional de Educação que deveria vigorar entre 2011 e 2020. Entre outros pontos, a proposta do governo é que 7% do PIB fosse investido em educação (MEC, 2012). No entanto, outros setores como o coletivo Campanha Nacional da Educação, afirmam que este investimento deve ser da ordem de 10% do PIB. O governo protela e resiste à decisão acerca do investimento, enquanto o ministro da fazenda Guido Mantega que tal montante “quebraria” o país (Terra Notícias, 2012).

Por último, além das menções à infraestrutura e a educação Dilma anunciou ainda, em 6 de setembro, mais uma rodada de desonerações concedidas à iniciativa privada, como forma do governo contribuir para o incremento do PIB e da competitividade nacional (Rousseff, 2012). Entre elas constam o “alívio” sobre a folha de pagamentos. Até onde o governo poderá levar as desonerações em um cenário exterior desfavorável é uma incógnita. Até aqui, entretanto, como já mencionamos, o crescimento econômico não retornou aos níveis do último ano do governo Lula. A própria afirmação de que o intuito do governo seria a criação de novos empregos, por vezes, soa dúbia. Um caso recente foi o anúncio, em meados de 2012, da demissão de aproximadamente 2.000 trabalhadores da montadora General Motors em São José dos Campos. Diante do protesto de sindicalistas, o ministro da fazenda afirmou que a situação da empresa era “normal” e que não cabe ao governo decidir acerca da organização interna das fábricas. No entanto, o imbróglio ocorria justamente no período em que o governo avançava seu programa de isenção fiscal à indústria nacional (CONLUTAS, 2012e).

Obviamente, uma breve descrição de algumas das ações do governo PT ao longo desta década estaria muito aquém de toda a complexidade deste processo. No entanto, elas se fizeram necessárias para que pudéssemos ao menos nos aproximar das contradições que envolvem o processo político nacional. Passemos agora, também brevemente, a algumas das análises do fenômeno como compreendidas por alguns intelectuais da esquerda brasileira que se debruçaram sobre a questão.

Como procuramos apontar, o primeiro mandato de Lula foi marcado por uma forte continuidade com os anos FHC e, em alguns momentos, chegou mesmo a ultrapassar a ortodoxia neoliberal de seu antecessor. Sobretudo a partir de 2004, a sorte de Lula, no entanto, começou a mudar impulsionado pelo cenário favorável no exterior. Lula e o PT souberam aproveitar esse momento e implementaram uma política que mais de um analista nacional caracterizou como social-liberal. Isto é, uma intervenção no espaço nacional que combinaria políticas compensatórias aliadas a uma ortodoxia rentista (Braga, 2010: 10; OLIVEIRA, 2006: 15-19).

Dadas suas origens e seu antagonismo ao PSDB, o governo Lula, na avaliação de Ruy Braga e Álvaro Bianchi ainda em 2005, não poderia ser mais um exemplo de um governo neoliberal. Deveria responder, de alguma forma, às demandas represadas dos movimentos

sociais (Braga, 2010: 10). A burocracia partidária, no entanto, havia passado por uma ampla transformação nos anos 1990 e, a nosso ver, estava longe de, ao mesmo tempo, desejar e angariar forças para uma ruptura com o modelo neoliberal. Daí Lula aprofundar as políticas compensatórias, ao mesmo tempo em que os bancos batiam recorde de lucros no país; buscar a expansão das vagas no ensino superior para a população pobre e negra, ao mesmo tempo em que privilegiava a iniciativa privada na educação; buscar tímidas valorizações do salário mínimo e políticas populares de crédito enquanto atacava os direitos previdenciários dos funcionários públicos, mantinha e aprofundava a prática do superávit primário, cortando gastos sociais, e dava continuidade ao caráter regressivo da tributação nacional, etc.

Braga e Bianchi caracterizaram este fenômeno através do conceito gramsciano de revolução passiva à brasileira, onde a hegemonia conquistada por Lula

satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é, a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, ou seja, a incorporação de parte das exigências “dos de baixo”. Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças – progressistas (no caso do fordismo [...]) ou regressivas (no caso do fascismo (Braga, 2010: 11).

Ainda pela via gramsciana, em 2008, Carlos Nelson Coutinho, mostrou-se cético quanto a possibilidade da utilização do conceito de revolução passiva para a compreensão do governo Lula, preferindo a idéia de contrarreforma. Esta, diferentemente daquela, acentua o momento do velho, na dialética novo-velho. Trata-se de uma manifestação no seio de uma época de hegemonia da política neoliberal, onde prevalece a pequena política, aquela voltada às questões parciais e cotidianas, em oposição à grande política que trata da destruição ou conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais (COUTINHO, 2010).

Os impasses entre os pensadores gramscianos ressaltam a dificuldade de compreensão do governo PT. Ambas, as análises concordam, no entanto, com a utilização do transformismo como categoria para a compreensão do que consideram ser um traço da ascensão de Lula: a cooptação de lideranças políticas das classes subalternas, associada a tentativa de afastá-las de qualquer protagonismo efetivo na transformação social (Braga, 2010: 10; Coutinho, 2010: p.38). Aqui está também, um dos elementos essenciais para a caracterização do governo Lula/PT, feita por Francisco de Oliveira, como uma hegemonia às avessas. Segundo o sociólogo brasileiro, estaríamos frente a um novo tipo de dominação onde os próprios dominados realizariam a “revolução moral”, que termina por capitular diante da exploração desenfreada:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicitamente – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (Oliveira, 2010: 27).

Mesmo que não compartilhando das análises anteriores, o breve balanço de Armando Boito Júnior, Andréia Galvão e Paula Marcelino, apontam para impacto semelhante do governo Lula sobre os movimentos sindical e popular na década de 2000. Utilizam, no entanto, e a

diferença aqui pode ser significativa, o termo “acomodação política” (Boito Júnior; Galvão y Marcelino, 2009: 36-37). Já mencionamos alguns traços da mudança da CUT, a partir dos anos 1990 e, sobretudo, a partir da ascensão de Lula ao executivo. Vale destacar neste momento, que esta ascensão veio acompanhada, além do apoio e atenuação das críticas ao governo por parte da cúpula sindical, do apontamento de diversos líderes sindicais para cargos de ministro e do primeiro escalão do governo (Boito; Galvão y Marcelino, 2009: 46).

Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um dos mais importantes movimentos sociais nacionais, Boito Júnior, Galvão e Marcelino também apontam certa contradição entre a movimentação da base e a acomodação da cúpula do movimento, diante do impasse concernente a que posição tomar frente ao governo Lula, dado que o número de assentados ficou muito aquém do esperado – contrastando com o privilégio fornecido pelo governo ao agronegócio:

Se a direção do MST hesita e se divide na definição de seu posicionamento diante do governo Lula, isso se deve, em parte, ao fato desse governo ter uma política de aproximação com a direção do movimento – nomeação de políticos simpáticos ao movimento para os cargos do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e fornecimento de fundos financeiros para viabilizar os projetos educacionais do movimento são dois elementos importantes dessa aproximação. Se recordarmos que, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o MST estava sob a mira de uma campanha concertada do governo e da grande imprensa que procurava criminalizar a luta camponesa pela terra, perceberemos o impacto político que essa mudança no comportamento governamental pode ter (Boito; Galvão y Marcelino, 2009: 50-51).

De nossa parte, nos aproximamos da idéia de revolução passiva acima delineada. No entanto, há que se ressaltar, dando certo crédito à Carlos Nelson Coutinho, a fragilidade da tímida mudança conservadora no atual cenário neoliberal. Fragilidade esta que acentua-se por ser avançada por um partido que ainda possui forte ressonância nos movimentos sociais e no sindicalismo brasileiro. A cúpula desses movimentos oscila na defesa de um projeto de um novo desenvolvimentismo e as contradições que afetam sua base. Trata-se de um movimento que pode contribuir para a desorganização das lutas, mas ao mesmo tempo, tem a potência de fazer surgir ou fortalecer organizações e lideranças, distintas e críticas ao governo Lula e ao PT. Nestas, em nossa compreensão, está a chave para uma verdadeira transformação da política e dos rumos nacionais, que contribua para a ruptura da hegemonia da pequena política caudatária dos interesses do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry (2011); “O Brasil de Lula”, en *Novos Estudos*, núm. 91, nov. pp. 23-52.

ANCPC (2011); *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Disponible en: <http://apublica.org/2012/09/dossie-megaeventos-violacoes-de-direitos-humanos-brasil-da-articulacao-nacional-dos-comites-populares-da-copa/>. Acceso en: 28/09/2012.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia y MARCELINO, Paula (2009). “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000”, en *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, octubre.

BRAGA, Ruy (2010); "Apresentação", en OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy y RIZEK, Cibele, *Hegemonia às avessas*, Boitempo Editorial, São Paulo.

BRAMI-CELENTANO, Alexandrine y CARVALHO, Carlos Eduardo (2007); "A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal", en *Revista Katálisis*, vol.10 núm.1, pp. 44-53.

CONLUTAS (2012a); *Explosões de greves por melhores condições de trabalho nas obras do PAC*. Disponible en: <http://cspconlutas.org.br/2012/03/explosoes-de-greves-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nas-obras-do-pac/>. Acceso en: 24/09/2012.

_____ (2012b); *Balanço: greve dos servidores públicos desafia governo e impõe derrota à política de Dilma-PT*. Disponible en: <http://cspconlutas.org.br/2012/09/balanco-greve-dos-servidores-publicos-desafia-governo-e-impoe-derrota-politica-a-dilma-pt/>. Acceso en: 23/09/2012.

_____ (2012c); *Em audiência pública, CSP-Conlutas exige a retirada de lei "antigreve" do funcionalismo no Congresso Nacional*. Disponible en: <http://cspconlutas.org.br/2012/09/audiencia-publica-csp-conlutas-exige-a-retirada-de-lei-antigreve-do-funcionalismo-no-congresso-nacional/>. Acceso en: 28/09/2012.

_____ (2012d); *O acordo coletivo especial é um projeto de flexibilização de direitos*. Disponible en: <http://cspconlutas.org.br/2012/09/o-acordo-coletivo-especial-ace-e-um-projeto-de-flexibilizacao-de-direitos/>. Acceso en: 29/09/2012.

_____ (2012e); *Nota oficial do Sindmetal SJC e da CSP-Conlutas sobre declarações do ministro Guido Mantega*. Disponible en: <http://cspconlutas.org.br/2012/07/nota-oficial-do-sindmetal-sjc-e-da-csp-conlutas-sobre-declaracoes-do-ministro-guido-mantega-sobre-saldo-de-empregos-na-gm/>. Accesado en: 29/09/2012.

COUTINHO, Carlos Nelson (2010); "A hegemonia da pequena política", en OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy y RIZEK, Cibele, *Hegemonia às avessas*, Boitempo Editorial, São Paulo.

DIEESE (2012); *Salário mínimo necessário*. Disponible en: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acceso en: 23/09/2012.

ECONOMIA UOL (2012); *Governo anuncia empresa de planejamento e logística e investimentos de R\$ 133 bilhões*. Disponible en: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/08/15/governo-anuncia-empresa-de-planejamento-e-logistica-e-investimentos-de-r-133-bi.jhtm>. Acceso en: 29/09/2012.

ESTADÃO (2011); *Queda de ministros ilustra deficiências da política brasileira, dizem analistas*. Disponible en: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,queda-de-ministros-ilustra-deficiencias-da-politica-brasileira-dizem-analistas,806706,0.htm?p=2>. Acceso en: 22/09/2012.

G1 (2011); *Salário mínimo tem o menor aumento real desde o início do governo Lula*. Disponible en: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/salario-minimo-tem-menor-aumento-real-desde-o-inicio-do-governo-lula.html>. Acceso en: 25/09/2012.

GALVÃO, Andréia (2009); "A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula", en: *Revista Outubro*, núm. 18, pp.177-196.

GASPARI (2011); *O ocaso do sindicalismo emergente*. Disponible en: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/04/20/o-ocaso-do-sindicalismo-emergente-373964.asp>. Acceso en: 23/09/2012.

IASI, Mauro (2012); *Lei de greve para o funcionalismo público: o ovo da serpente*. Disponible en: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/09/06/lei-de-greve-para-o-funcionalismo-publico-o-ovo-da-serpente/>. Accesado en: 28/09/2012.

IG ECONOMIA (2012); *FMI reduz projeção do PIB para 1,5%*. Disponible en: <http://economia.ig.com.br/2012-10-08/fmi-reduz-projecao-de-pib-brasileiro-para-15-em-2012.html>. Acceso en: 08/10/2012.

INTERSINDICAL (2012); *Dia 11 é dia nacional de luta*. Disponible en: <http://intersindical.wordpress.com/2012/09/05/dia-11-e-dia-nacional-de-luta/>. Acceso en: 29/09/2012.

MARQUES, Rosa Maria y MENDES, Àquiles (2011); "O governo Lula e a Reforma da Previdência", en *São Paulo em perspectiva*, núm. 18, pp. 3-15.

MEC (2012); *Plano Nacional de Educação - PNE*. Disponible en: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107. Acceso en: 29/09/2012.

NASSIF, Maria Inês (2011); "A economia está se reprimarizando?", en: *Revista desafios do desenvolvimento*. n.66, año 8.

O GLOBO (2011); *Média de expansão do PIB no governo Lula foi de 4%*. Disponible en: <http://oglobo.globo.com/economia/media-de-expansao-do-pib-no-governo-lula-foi-de-4-taxa-ficou-abaixo-do-padrao-historico-dos-2956712>. Acceso en: 28/09/2012.

OLIVEIRA, Francisco (2006); "Lula in the labyrinth", en *New Left Review*, núm.42, nov/dec, pp. 5-22.

_____ (2010); "Hegemonia às avessas", en OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy y RIZEK, Cibele, *Hegemonia às avessas*, Boitempo Editorial, São Paulo.

PAC (2012); *Sobre o Pac*. Disponible en: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>; Acceso em: 20/09/2012.

PAULANI, Leda Maria (2010); "Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil", en OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy y RIZEK, Cibele, *Hegemonia às avessas*, Boitempo Editorial, São Paulo.

REDE BRASIL ATUAL (2010); *Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC*. Disponible en: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc>. Acceso en: 29/09/2012.

ROUSSEF, Dilma; *Pronunciamento da presidenta da república Dilma Rousseff por ocasião do sete de setembro.* Disponible en: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-sete-de-setembro>. Acceso en: 28/09/2012.

SAE (2012); *Perguntas e respostas sobre a definição da classe média.* Disponible en: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia.pdf>. Accesado en: 02/10/2012.

SMABC (2012); *Moderno é negociar.* Disponible en: http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=29820&id_SUN=250. Acceso en: 29/09/2012.

SINGER, André (2009); "Raízes sociais e ideológicas do lulismo", en *Novos Estudos*, núm. 85, nov., pp. 83-102.

TERRA Notícias (2012); *Mantega: 10% do PIB para a educação quebraria o País* Disponible en: <http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,O15876084-EI8266,00-Mantega+do+PIB+para+a+educacao+quebraria+o+Pais.html>. Acceso em: 29/09/2012.

UOL Notícias (2010); *Governo lança PAC 2 para investir R\$ 1,59 trilhão e impulsionar campanha de Dilma.* Disponible en: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2010/03/29/governo-lanca-pac-2-para-investir-r-159-trilhao-e-impulsionar-campanha-de-dilma.jhtm>. Acceso en: 22/09/2012.

_____ (2012); *Governo deve liberar pelo menos R\$ 12 bi para reajustes de servidores em greve.* Disponible en: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/08/16/governo-deve-liberar-pelo-menos-r-12-bi-para-reajustes-de-servidores-em-greve.htm>. Accesado en: 20/09/2012.